

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL

DIRECÇÃO DE
JOÃO MEDINA

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa

COLABORAÇÃO DE

ANICETO AFONSO	FERNANDO PITEIRA SANTOS
ANTÓNIO JOSÉ TELO	FRANCISCO CANAIS ROCHA
ANTÓNIO SOUSA FRANCO	FRANCISCO FORTUNATO QUEIRÓS
ANTÓNIO MATOS FERREIRA	HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ
ANTÓNIO PINTO RAVARA	ISABEL SOARES
ARMANDO CASTRO	JACINTO BAPTISTA
CARLOS ALBERTO MEDEIROS	JORGE GASPAR
CARLOS OLIVEIRA PINTO	JOSÉ MANUEL TENGARRINHA
EDUARDA DIONÍSIO	LUÍS ALVES DE FRAGA
ERNESTO CASTRO LEAL	LUÍS REIS TORGAL
FERNANDO CATROGA	VICTOR WLADIMIRO FERREIRA
FERNANDO MARQUES DA COSTA	

AMIGOS DO LIVRO, EDITORES

HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA
DE PORTUGAL

PRODUÇÃO EDITORIAL DE
ESTÚDIO C

© LUÍS ANTÓNIO CORDEIRO DE LIMA
LISBOA - 1985

PRIMEIRA REPÚBLICA

DA CONSPIRAÇÃO REPUBLICANA
AO FIM DO REGÍME PARLAMENTAR

(TOMO II)

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

por LUÍS M. ALVES DE FRAGA

PORTUGAL NA GUERRA

Quando, em Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, esse facto veio demonstrar o valor da persistente diplomacia nacional, que urdiu a teia condutora do País à beligerância conveniente para garantir a sobrevivência do regime republicano. É certo que, se a ameaça à República partiu dos monárquicos exilados, não deixa de ser verdade, também, que a Espanha olhava, cobiçosa, a sua oportunidade hegemónica e que, internamente, forças de diferentes matizes uniam fileiras para, por qualquer preço, derrubarem o republicanismo.

O arquitecto desta complicada, mas provavelmente única e eficiente, forma de subsistir numa época tormentosa foi o Partido Democrático, liderado por Afonso Costa. Com excepção do Partido Evolucionista, nenhum agrupamento político aceitava a orientação pró-beligerante do maioritário Partido Democrático. Os unionistas defendiam que o País deveria fazer um esforço militar em África para conservar íntegras as colónias, sem que, no entanto, se envolvesse no conflito europeu. Os monárquicos, bem como os católicos, opunham-se à participação na guerra, o mesmo acontecendo com os socialistas. Os sindicalistas e os machadistas estavam em completa e total oposição à beligerância, acabando por fazer causa comum com os sectores mais retrógrados e conservadores da sociedade portuguesa.

Tendo, logo em 1914, o Partido Democrático assumido como meta a beligerância, havia que criar as con-

dições que possibilitassem passar da intenção à acção e, para isso, tornava-se imperioso preparar a componente militar, isto é, o Exército e a Armada, dotando-os com os meios que permitissem alcançar, com dignidade, os objectivos propostos; incorporando e treinando o pessoal necessário; e, acima de tudo, garantindo a existência da vontade de combater.

A Armada, tradicionalmente republicana, não se mostrou relutante em apoiar a beligerância. Ao capitão-de-fragata Leote do Rego, oficial da confiança do Partido Democrático, foi dado o comando da Divisão Naval, com o encargo de a dotar de meios e a preparar para o conflito.

O Exército, mal equipado, sem preparação militar, de duvidosa utilidade¹, era, como um todo, conservador e tendencialmente monárquico. As excepções eram constituídas por jovens oficiais e por grande parte da classe de sargentos.

Dado o curto lapso de tempo que decorreu entre a publicação do diploma que remodelou o Exército, para «(...) fazer com que ele deixe de constituir uma casta à parte e identificá-lo com a mesma alma da nação (...)»², e o começo da preparação para a guerra, não houve de facto alterações à realidade anterior. Esta situação não inibiu o Governo de determinar que se preparasse uma *divisão auxiliar* para participar na guerra ao lado dos Aliados quando, em Outubro de 1914, na sequência de diversos pedidos da Grã-Bretanha³, dela recebeu o convite formal para abandonar a atitude de neutralidade até então adoptada⁴. A reac-

ção do Exército não se faz esperar e traduziu-se na prática pela criação de condições para a nomeação do general Pimenta de Castro, germanófilo, para presidente do Ministério. Toda a preparação para a guerra sofreu atraso e só foi possível iniciar-se depois da reposição democrática de 14 de Maio de 1915. O obreiro dessa difícil tarefa foi o major Norton de Matos, chegado, então, de Angola.

Do Exército destreinado tentou aproveitar-se o melhor e, através duma adequada preparação, torná-lo capaz de defender, quer a integridade territorial do País, quer o prestígio nacional nas trincheiras, em França. A *divisão auxiliar*, imaginada em 1914, deu-se a designação



Generais Tamagnini de Abreu, Lacking e Gomes da Costa - (IP, 7-1-1918)

de *Divisão de Instrução*, mais consentânea com os objectivos imediatos. Para a comandar foi nomeado o general Fernando de Tamagnini de Abreu e Silva, tido como inegável disciplinador⁵, que se mostrará, logo de início, um anglófilo, talvez exagerado⁶. O estado-maior da *Divisão de Instrução* foi chefiado pelo então major Roberto da Cunha Baptista, o qual escolheu dentre os oficiais da sua confiança os que o haviam de assessorar⁷. Ele próprio era da confiança do ministro da Guerra e, por seu intermédio, do Governo e do Partido Democrático.



Tamagnini de Abreu, comandante do CEP;
à esq., Ortigão Peres, adido militar português
em França - (IP, 26-III-1917)

A preparação da *Divisão de Instrução* culminou com uma revista e parada em Montalvo. Estiveram presentes o presidente da República, o presidente do Ministério, os membros do Governo e missões militares acreditadas entre nós. Era a primeira vez que se via manobrar uma grande unidade militar. Mas a Nação não estava mobilizada para a guerra. Entre os próprios militares, em Tanços, não se acreditava que alguma vez se fosse para França.⁸

Já depois de entregue a nota de declaração de guerra e quanto mais se aproximava o momento de, nos campos de batalha, garantir a sobrevivência do regime republicano em Portugal e de prestigiar, à dimensão europeia, uma das raras Repúblicas do continente, tanto mais se fazia sentir, internamente, a mesquinhez e — quem sabe? — o medo. Em 13 de Dezembro de 1916, Machado Santos, o homem a quem o regime muito devia, mas cujo projecto político jamais foi aceite, pôs em marcha um golpe militar que, em última análise, se vencedor, limitaria a intervenção

portuguesa na guerra. Foi mais um rude abalo no moral do Exército e da Nação.

Usando os quadros são da *Divisão de Instrução*, decidiu-se criar uma força expedicionária para se bater na frente europeia. Ainda no mês de Dezembro de 1916 seguiram para França o chefe, major Roberto Baptista, e alguns oficiais do estado-maior do que se passou a designar por Corpo Expedicionário Português (CEP), bem como vários oficiais da Missão de Instrução.

Da Convenção de 3 de Janeiro de 1917 «(...) constava que a força expedicionária portuguesa seria composta por: um quartel-general de divisão; três brigadas de infantaria (18 batalhões); quatro grupos de metralhadoras (64 metralhadoras); quatro grupos de três baterias de campanha (48 bocas de fogo); três grupos de 2 baterias de obuses (24 obuses); quatro companhias de sapadores-mineiros; um grupo de dois esquadrões de cavalaria; pessoal para os serviços de engenharia, artilharia, médicos, veterinários e administração militar; pessoal para depósitos»⁹.

Nas primeiras semanas do ano de 1917 começam a efectuar-se «(...) silenciosamente, veladamente, quase ocultamente, os embarques sucessivos de contingentes de tropas do CEP para França (...)»¹⁰.

Em 12 de Fevereiro o comandante do CEP propôs que, à custa de um aumento de efectivos pouco significativo (seis batalhões de infantaria, dois grupos de baterias de campanha e uma bateria de morteiros), a divisão reforçada que constituía a força expedicionária poderia passar a ser um corpo de exército, de duas divisões. A proposta recebeu despacho favorável em 4 de Março de 1917, depois de ter tido a acórdância do Governo inglês¹¹.

A partir de Março, a Portugal caberia a defesa de um sector de corpo de exército na longa frente aliada. Os Ingleses haviam destinado ao CEP uma zona relativamente calma na Flandres, entre o canal de La Bassée e o rio Lys.

O SECTOR PORTUGUÊS NA FLANDRES

A Flandres caracteriza-se por ser uma extensa planície onde são raras as elevações. O clima é áspero, húmido, nevoento, e os Invernos são longos. Em Maio, como que se dá o milagre da verdura, e tudo viceja.

Abundavam os choupos, os olmos, as tilias, os plátanos.

Toda a imensa planície era cortada por rios, canais e drenos, a maioria navegáveis, os quais delimitavam terrenos de pastagens, ou de cultivo de trigo e beterrabas, aveia, batatas e cenouras. Inúmeras estradas, que no Inverno se cobriam de neve, na Primavera de lama e no Verão de pó, atravessavam a planície.

A casa de lavoura, designada por *ferme*, dominava o pátio, o qual era ladeado pelo curral, pelo celeiro, pelo palheiro e pela vivenda. Nas vilas, casa rica que tivesse andares, com algum conforto no interior, e fosse cercada de jardins, ganhava o direito à designação de *château*.

Esta era a região onde o CEP iria tentar conquistar, sob o fogo do inimigo, à custa de pesados sacrifícios, o prestígio, a admiração e o respeito para a República portuguesa. Soldados bisonhos, corajosos, infinitamente abnegados, ocupariam uma parte quase insignificante dessa imensa planície que se estende pela Bélgica e França.

As forças portuguesas ir-se-iam escalonando das trincheiras para a retaguarda segundo um triângulo isósceles, cujo vértice estaria naquelas e a base na linha da costa do mar da Mancha. A linha de trincheiras tinha um comprimento máximo de doze mil metros, compreendidos entre Armentières e Bethune; a base, um comprimento da ordem dos ses-



O chefe da missão militar inglesa falando
com militares portugueses - (IP, 9-IV-1917)



Poema guerrista; des. de Stuart - (IP, 8-III-1915)

senta quilómetros, medidos entre Calais e Etaples. Da costa marítima às trincheiras iam noventa quilómetros em linha recta¹².

Para guarnecer esta área, de Fevereiro de 1917 a Fevereiro de 1918, foram transportados para Brest, em 57 viagens, das quais 16 em navios portugueses e 41 em britânicos, 53 202 homens. Em Setembro de 1917, data a partir da qual os transportes ficaram a exclusivo cargo dos portugueses, estavam em França 51 703 militares¹³.

Do porto de desembarque, os militares do CEP eram transportados por via férrea para a zona de concentração em Aire-sur-la-Lys. Entre o Inverno ameno de Portugal é o agreste da França ia, para os nossos soldados, uma grande diferença. As temperaturas negativas eram normais em Fevereiro, e mesmo em Março, na zona de concentração, motivo que terá contribuído, juntamente com o deficiente agasalho e as precárias instalações fornecidas aos soldados, para uma primeira di-

minuição de efectivos. Houve muitas baixas por pneumonia.

Mas aos que resistiam era necessário, imperioso, ensinar-lhes rapidamente os conhecimentos com que a experiência de guerra havia dotado os Ingleses, razão por que na zona de concentração do CEP se formaram escolas; em Mametz, a de preparação de oficiais milicianos, com a finalidade de apurar pessoal sem habilitações, mas capaz de ascender ao oficialato; em Marthes, o Campo Central de Instrução, onde se ministravam ensinamentos sobre lançamento de granadas, uso de baioneta e tática de pelotão; também em Marthes, as escolas de metralhadoras ligeiras, de metralhadoras pesadas, de morteiros de trincheira; em Paccaut, a escola de tiro, observação e patrulhas e a escola de serviço telegráfico e sinaleiros; em Mametz, a escola de gás; e, finalmente, em Audinchun, a escola de pioneiros.

Não só interessava dar conhecimentos técnicos às tropas, era preciso, também, que antes de assumirem qualquer tipo de responsabilidade na defesa das trincheiras possuíssem um mínimo de robustez física. Daí que, a par da frequência das escolas referidas, lhes fosse ministrada ginástica e praticassem longas e penosas marchas.

Completada esta fase da instrução, as tropas iam, por fracções, tomar contacto com a vivência nas trincheiras. Não tinham responsabilidades na defesa, limitavam-se a ver a acompanhar as tropas britânicas. Aos oficiais, incluindo os comandantes de brigada, era-lhes exigida preparação semelhante nos quartéis-generais das unidades inglesas.

Ao período de instrução das tropas do CEP em França correspondeu todo o trabalho de organização, efectuado pelo estado-maior, de modo que rapidamente fosse possível passar à fase de ocupação, com responsabilidade de defesa, do sector da frente que havia sido determinado.

Somente no final do mês de Julho ficaram completos os efectivos do Corpo Português, com excepção da aviação, porque os Ingleses não haviam fornecido os aeroplanos necessários, e a artilharia pesada, cujo pessoal estava a ser treinado em Inglaterra, da qual receberia o material.

Pouco antes, em 29 de Abril de 1917, havia sido definida e aceite a nova organização do Corpo: duas divisões de infantaria a três brigadas,



*Forças portuguesas recebendo instrução em Inglaterra
(IM, n.º 1, Londres, s.d.)*

cada uma com quatro batalhões. Cada divisão, para além das três brigadas de infantaria, possuía: dois grupos de metralhadoras, três baterias de morteiros ligeiros, duas baterias de morteiros médios, três grupos de três baterias de artilharia de campanha, duas companhias de sapadores-mineiros, uma secção de telegrafia por fios, três ambulâncias, duas colunas de hospitalização, uma coluna de transporte de feridos, uma secção de comboio automóvel, uma secção automóvel de transporte de feridos. A divisão assim constituída deveria ter, teoricamente, 17 600 homens, 3750 solípedes e 570 viaturas hipomóveis¹⁴.

A 1.ª Divisão era comandada pelo coronel, graduado em general, Gomes da Costa, e a 2.ª Divisão pelo general Simas Machado. As brigadas

foram numeradas de 1 a 6 e eram compostas segundo o quadro da página seguinte.

Quando todas as companhias de um batalhão haviam passado pelo treino de trincheiras, sem responsabilidade de defesa, o batalhão, por inteiro, assumia a defesa de um subsector de brigada inglesa, em média durante seis dias. Quando todos os batalhões de uma brigada portuguesa já tivessem assumido a responsabilidade de defesa de subsectores de brigadas inglesas, era, agora, aquela que entrava a guarnecer um sector de brigada subordinado ao comando de uma divisão britânica. Finalmente, quando as três brigadas tivessem assumido já responsabilidade de defesa na frente, entrava a divisão, por inteiro, nas linhas. Somente em 10 de Julho de 1917 as três brigadas

da 1.ª Divisão assumiram a defesa dum sector, estando esta subordinada ao comando táctico do XI corpo de exército britânico.

No dia 5 de Novembro de 1917 foi entregue ao general comandante do CEP a responsabilidade do sector português na frente. A 26 do mesmo mês, a 2.ª Divisão entrou em linhas com uma brigada.

A frente portuguesa, com uma extensão de cerca de doze quilómetros, orgulho dos republicanos intervencionistas, dividia-se em quatro sectores: Ferme du Bois, Neuve Chapelle, Chapigny e Fauquissart. Nas linhas mais avançadas de cada um deles estavam dois batalhões.

FRENTE AO INIMIGO

A frente do sector português era, como aliás em todas as frentes, um intrincado de trincheiras e postos de apoio. Esse dédalo de sofrimento e morte, de desespero e heroísmo, de onde alguns homens esperavam ver levantar-se uma Pátria redimida pelo sangue dos seus mais sacrificados filhos, constituía o sistema defensivo do Corpo Português, o qual assentava em três linhas: a 1.ª linha de defesa, a linha intermédia e a 2.ª linha de defesa.

A 1.ª linha de defesa — era formada pela linha A, em frente da «terra de ninguém», e que não passava de uma sucessão de postos ligados por uma trincheira diante da qual se dispunham rolos de arame farpado para prevenir e dificultar as arremetidas dos alemães; pela linha B, normalmente considerada a linha principal de defesa, formada por uma trincheira com abrigos, toda ela bem construída, apoiada numa série de redutos, situados um pouco mais atrás, capazes de se tornarem em pontos fortes de defesa, e que, em conjunto, formavam a linha C.

A linha intermédia — também mais conhecida por Village Line, constituía a linha de reserva divisionária. Era formada por uma série de postos defendidos por fiadas de arame farpado, ao longo das quais havia passagens com a finalidade de permitir os avanços das tropas contra-atacantes.

Finalmente, a 2.ª linha de defesa, ou linha do corpo, era formada por uma série de redutos, protegidos por uma forte rede de arame farpado, e ligados por trincheiras, constituindo agrupamentos defensivos de porte notável, dotados de abrigos de betão



Artilheiros portugueses – (IM, n.º 1, s.d.)

para metralhadoras. Esta linha foi concebida para proteger as passagens da ribeira de Lawe¹⁵.

A linha A distava da sua correspondente do lado adversário entre 80 metros, na menor distância, e 250 metros, nas maiores. A linha B, ou linha principal de defesa, variava de

300 a 800 metros de distância à linha A. Entre uma e outra ficavam, normalmente, situados os postos de comando das companhias. A 2000 metros de distância da linha A, para a retaguarda, encontrava-se a linha C, sobre a qual se sediavam os postos de comando dos batalhões em

primeira linha. Recuando mais mil metros, sensivelmente, desenrolava-se a segunda linha de defesa, ou Village Line; nas suas imediações encontravam-se os quartéis-generais das brigadas. Três quilómetros para trás da Village Line ficava a linha do corpo, onde se localizavam os quartéis-generais das divisões. Em resumo, da linha mais avançada à mais recuada do sector português mediavam cerca de 6000 metros. Ligando as linhas A, B e C, em profundidade, havia as trincheiras de comunicação, traçadas em ziguezague para manter itinerários desenhados dos fogos inimigos.

As baterias de artilharia de campanha estavam instaladas um pouco à retaguarda da Village Line. As posições das baterias de morteiros situavam-se entre a linha C e a Village Line, assim como as baterias de metralhadoras.

As ligações entre os diferentes escalões de comando faziam-se por telefone, sendo raros os sectores onde o cabo era enterrado.

Cada sector defensivo estava atribuído a uma brigada, cabendo-lhe o dever de guarnecer as linhas A e B com dois batalhões de infantaria, ficando um terceiro em apoio entre as linhas C e a Village Line, e o quarto e último batalhão da brigada ficava em reserva entre esta linha e a do corpo. A área defendida por cada batalhão em primeiras linhas designava-se subsector. A cada divisão correspondia um, dois ou três subsectores de brigada, consoante a necessidade de repouso das tropas.

A «terra de ninguém» era o espaço que mediava entre as primeiras trincheiras dos adversários. Era uma faixa de terra revolta, esburacada, esventrada, onde, aqui e além, apodreciam soldados mortos, ou simplesmente pedaços de corpos; era a região dos heróis, dos loucos, dos desesperados. Por lá se avançava, rastejando, de noite, para se ouvir os ruídos nas linhas inimigas, para reforçar os arames farpados na frente das trincheiras, para esperar calmamente a chegada de uma patrulha adversa, para se ir ao assalto das linhas inimigas.

Para lá da «terra de ninguém» estavam os alemães numa «(...)» encosta suave de pequena cumeada de 30 a 40 metros de altitude, conhecida por crista de Aubers-Fromelles (...)»¹⁶.

Dado o facto de estarem livres dos charcos, dos drenos, aos Alemães foi possível construir melhores trincheiras, mais resistentes, e melhores

Divisão	Brigada	Um batalhão de cada um dos regimentos
1. ^a	1. ^a	Regimentos de Infantaria n.ºs: 21; 22; 28; 34
	2. ^a	» » » » : 7; 23; 24; 35
	3. ^a	» » » » : 9; 12; 14; 15
2. ^a	4. ^a	» » » » : 3; 8; 20; 29
	5. ^a	» » » » : 4; 10; 13; 17
	6. ^a	» » » » : 1; 2; 5; 11

abrigos de betão. Por outro lado, só por estarem ligeiramente mais elevados no terreno em relação ao sector português tinham comandamento de tiro sobre a região, o que representava notável vantagem numa guerra onde do mínimo detalhe do terreno se procurava tirar proveito. E, na verdade, desde cedo martirizaram as tropas do CEP.

No dia 2 de Abril de 1917, de acordo com o esquema de tirocínio das unidades portuguesas junto das inglesas, a 1.^a Divisão passou a ocupar, na zona de operações, diversos sectores da 49.^a Divisão britânica. No dia 4, o CEP sofria a primeira baixa, mas somente na noite de 31 de Maio começa, efectivamente, a acção mortífera do inimigo. Quando, em 10 de Julho de 1917, a 1.^a Divisão assume a total responsabilidade de defesa de um sector, já tinha sofrido 243 baixas em combate, sendo 64 mortos e 30 prisioneiros¹⁷.

Quando o general Tamagnini assumiu o comando do sector português, em 5 de Novembro de 1917, o número de baixas já era de 260 e, à data da entrada da 2.^a Divisão em linhas, com responsabilidade de defesa, em 26 do mesmo mês, esse total era de 272. Nas vésperas de 9 de Abril de 1918, dia da batalha decisiva para o CEP, as baixas identificáveis, com alguma margem de segurança, seriam: 107 mortos, 162 prisioneiros e 358 feridos¹⁸.

O inimigo foi dizimando o CEP através de acções de assalto às linhas portuguesas, com pequenos ou grandes efectivos, e, principalmente, martelando com a artilharia as frágeis defesas dessa abnegada tropa. Até 9 de Abril de 1918 podem-se computar em cerca de 63 as acções directas das tropas alemãs sobre as primeiras linhas do sector português e em uma vintena os grandes bombardeamentos¹⁹.

Não se limitaram as tropas portuguesas a sofrer passivamente a acção desgastante do inimigo; lançaram patrulhas de certa envergadura sobre as primeiras linhas alemãs — cerca de uma dezena —, tentaram, pelo menos oito vezes, com efectivos já consideráveis, forçar a defensiva adversária e brindaram as tropas germânicas com monumentais bombardeamentos, dos quais o mais notável foi o da noite de Natal de 1917. O balanço destas acções saldou-se por, perfeitamente identificadas, 123 baixas no inimigo: 8 mortos, 56 feridos e 59 prisioneiros. Não estão identificadas as baixas



*Sargento português com capacete alemão
(G., 9-IV-1926)*

que os bombardeamentos provocaram²⁰.

Mas nem os pequenos nem os grandes sucessos compensavam as tropas portuguesas duma permanência constante na frente, desde Julho de 1917. Em Fevereiro de 1918, os homens começavam a manifestar os sintomas próprios da falta de repouso e, a prová-lo, num *raid* feito, com o efectivo de um batalhão, na madrugada de 2 de Março de 1918, os Alemães aprisionaram 3 oficiais e 63 praças do Batalhão de Infantaria n.º 4.

Começavam a reunir-se as condições necessárias para o desastre que se seguiria. Mas não se podem exclusivamente assacar responsabilidades ao CEP. As causas do desastre não estavam no sector português em França; encontravam-se em Portugal, em Lisboa, onde o conservadorismo mais retrógrado, o medo, o comodismo e a demagogia se haviam instalado, guindados ao poder político à custa de estranhas alianças. De novo o regime estava em perigo e, porque associado ao seu destino, o CEP também.

AS MISÉRIAS

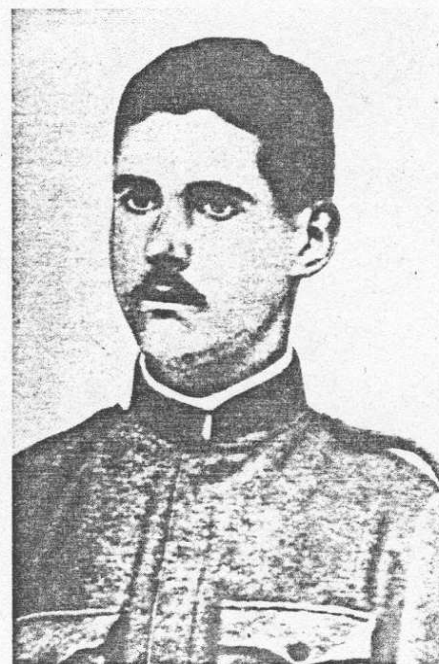
Como já atrás se referiu, em Setembro de 1917 o Governo inglês deixou, por completo, de pôr à disposição do Ministério da Guerra quaisquer navios para transporte de

tropas entre Lisboa e Brest. Dada a baixa capacidade da marinha portuguesa, assim como as escassas possibilidades de escolta por navios da Armada, o embarque de reforços com destino ao CEP caiu verticalmente²¹. Seriam suficientes estes factos para desmoralizar quem estava servindo no sector português, mas outros houve mais graves e de consequências mais devastadoras.

Em 5 de Dezembro de 1917, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, major do Exército, professor catedrático da Universidade de Coimbra, ministro plenipotenciário do Governo português, de 1912 a 1916, em Berlim, antigo membro dos primeiros governos da República, encabeça um golpe militar que, depois de dois dias de luta sangrenta, derruba o Governo do Partido Democrático, maioritário, e demite o presidente da República. Em 8 de Dezembro proclamava: «Venceu a República contra a demagogia. (...) A Revolução é feita em nome da Liberdade, exige calma nos espíritos, respeito pela vida e propriedade alheia e confiança na autoridade.»

Se a prática posterior o não confirmasse²², os apoios que recebeu para pôr em marcha o golpe eram o indício suficientemente demonstrativo da falsidade das palavras da proclamação de 8 de Dezembro²³.

Estranhamente notável poderia parecer o apoio dispensado a Sidónio pelas classes trabalhadoras, agluti-



*O soldado António Gouveia Curado,
a primeira vítima portuguesa da guerra na Europa
(1P, 14-V-1917)*

nadas em torno de ideais sindicalistas e anarquistas. No entanto, animava-os a simpatia que nutriam pelo radicalismo de Machado Santos²⁴ e o espírito de oposição ao Partido Democrático, repressor de aspirações legitimadas pelo clima de dificuldades económicas vividas²⁵.

Dominado, desde o início, pela preocupação de controlar dois sectores fundamentais à sobrevivência da reviravolta que pretendia imprimir ao regime, Sidónio Pais reteve, em suas mãos, as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Através da primeira expurgou o Exército daqueles que poderia considerar adversários políticos, levando esta actuação até ao CEP. Mas não só se expurgou; o inverso também aconteceu e «(...) parecia consagrar, pela reintegração de desertores e transfugas da guerra, a incapacidade guerreira dos que haviam ficado em Portugal»²⁶. Por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (que também havia de ser expurgado), buscou os apoios internacionais necessários, nomeadamente ingleses. Da associação das duas pastas ministeriais, rapidamente se viu, em França, o resultado.

Em meados de Janeiro de 1918 foi assinada uma convenção entre o Governo português e o inglês, na qual se estipulava que a representação de Portugal na frente passava a ser uma divisão tacticamente subordinada ao comando inglês²⁷. Pretendia-se acabar com o envio de tropas para França, deixando estioilar o que por lá estava, tendo, no entanto, o cuidado de chamar a Portugal todos os oficiais que servissem fielmente a nova situação, ou os que, já do antecedente, se sabia serem conservadores ou monárquicos. Ao nível de quadros, a debandada do CEP foi geral.

Com a permanência de alguns meses nas trincheiras, em Dezembro de 1917, muito embora não fosse ainda alarmante, começava a ser preocupante o desgaste físico que apresentavam as tropas portuguesas. O corte no envio de reforços correspondeu ao aumento de actividade do inimigo. As notícias, que, através dos jornais enviados de Portugal, chegavam ao conhecimento dos soldados, nas trincheiras, eram altamente desmoralizantes. A falta de repouso começava a fazer sentir os seus efeitos. O Inverno, a neve, o frio, a lama, a saudade da terra foram reduzindo a vontade de combater. As prometidas licenças de campanha

gozadas em Portugal, que não eram concedidas aos soldados por falta de transporte, foram motivo para fomentar o desinteresse.

Em 1 de Janeiro de 1918, uma praça do Batalhão de Infantaria n.º 1 desertou para as trincheiras inimigas²⁸; em 5 do mesmo mês era punido com prisão disciplinar o capitão Artur de Vasconcelos, do Batalhão de Infantaria n.º 11, «pelas consecutivas provas de negligência, falta de energia e aptidão com que comanda a sua companhia»²⁹; em 6 do mês em causa, o major Francisco Lacerda e Oliveira, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 21, informava o comandante da 1.ª brigada, a propósito dos fortes ataques de tosse de que padeciam os soldados da sua unidade: «É para mim um dever de consciência, além da necessidade para o serviço, o pugnar por criaturas que nestas intermináveis noites de 14 horas estão na 1.ª linha sem conforto, em abrigos húmidos, e cobertos de neve, onde, para evitar o intenso frio, a que não estão habituados, lhes é indispensável acender fogareiros (...) pois as roupas e as mantas são agasalhos insuficientes para abrigos ordinários (...). É devido à boa vontade e contínua exortação dos meus oficiais que o batalhão mantém uma aparência razoável.»³⁰

Em Fevereiro, mas mais particularmente em Março, intensificaram-se as acções do inimigo sobre o sector português. Sem reforços idos de Portugal e sem repouso, o moral, a disciplina e a capacidade física das tropas caiu na vertical. São praças que abandonam, sem autorização, os seus acampamentos e vão para a retaguarda abrigar-se em casas desertas onde, nalguns casos, roubam o que lhes faz falta: batatas, impermeáveis, botas, meias de lã, luvas, abafos³¹; são praças que desertam rumo à retaguarda ou que simplesmente não acompanham as suas unidades no avanço para as primeiras linhas³²; são praças que se insubordinam e se recusam a ir para as linhas ou a trabalhar³³; são praças que se mutilam para baixarem aos hospitais e fugirem do inferno da frente³⁴.

Em meados do mês de Março, as forças portuguesas do CEP estão exaustas. «Em 21 de Março de 1918, recebe-se a comunicação do Gabinete da Secretaria da Guerra de que ficava suspensa a ida de reforços por indicação do marechal comandante-em-chefe dos exércitos britânicos, com receio de que a epidemia de

tifo (...) se propagasse em França. (...) Foi lavrada a sentença do CEP com estas comunicações, que chegaram ao conhecimento dos oficiais e portanto dos praças.»³⁵ Mas, já antes, às praças que tivessem posses financeiras, tinha sido dada a oportunidade de se esquivarem do CEP quando, em 16 de Janeiro, o ministro da Guerra — Sidónio Pais — autorizou que, na licença de campanha, atravessassem a Espanha de comboio³⁶. Uma vez em Portugal, qualquer junta médica os livrava do regresso ao inferno.

É assim, em resultado dum abandono premeditado, que, frágil, exausto, em desagregação, porque roído pela política partidária, o CEP entrou no mês de Abril de 1918. A grande ofensiva da Primavera, lançada pelo Alto Comando alemão, estava em curso — os portugueses iam sentir-lhe os efeitos.

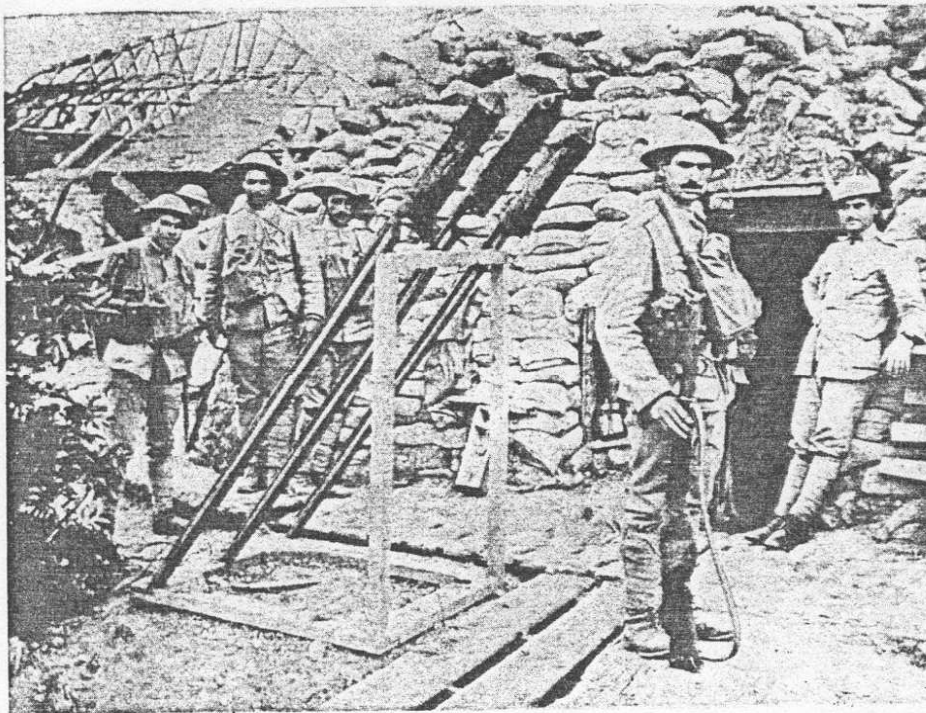
A CAMINHO DO HOLOCAUSTO

A ofensiva da Primavera de 1918, da iniciativa do Alto Comando alemão, tinha como objectivo levar os exércitos imperiais até à costa atlântica, com vista a aliviar a pressão do bloqueio e permitir alguma recuperação económica. Apostava-se na surpresa e na nova táctica da infantaria, a qual consistia em progredir pelo ponto mais fraco da defesa, explorando ao máximo os sucessos conseguidos.

Para lançar a ofensiva principal da Primavera, o Alto Comando alemão escolheu o sector compreendido entre Arras e La Fère, dado que nesta região o terreno oferecia boas condições e estava na zona de junção dos exércitos inglês e francês. Para despistar, pelo Alto Comando aliado foram sendo executadas manobras de diversão noutros sectores da frente.

Em 21 de Março, o Exército alemão desencadeou o ataque no sector referido, e mais conhecido por Somme, massacrando as forças inglesas com um bombardeamento inicial de grandiosas dimensões, seguindo-se-lhe o avanço da infantaria. O resultado foi espectacular. Muito a custo, e graças à não prossecução total da táctica enunciada pelos Alemães, foi possível aos Ingleses sustentar o ataque.

A 25 de Março, e com o intuito de obrigar à fixação de forças inglesas noutra área que não a do esforço principal, o Alto Comando alemão



Na frente portuguesa - (IP, 25-III-1918)

ordenou que se preparasse uma ofensiva de pequena escala entre La Bassée e Armentières³⁷. O malogro da ofensiva em Arras levou a que se ampliasse a importância daquela operação.

Nos primeiros dias de Março de 1918, o sector português começou a ser alvo de ataques mais frequentes e mais fortes do que habitualmente. Embora sabendo-se que na Primavera o inimigo lançaria sobre a frente aliada um ataque de envergadura, aceitou-se, como princípio quase imutável, que na área defendida pelo CEP não haveria mais do que ataques de pequena envergadura³⁸. Só já em 6 de Abril os comandos ingleses aceitaram a hipótese duma ofensiva subsidiária a norte de La Bassée³⁹. Se o aumento da actividade do inimigo era, por si mesmo, um indício da possível preparação duma operação de maior envergadura, àquele juntaram-se outros em quantidade⁴⁰. Era palpitante o esforço do adversário.

As informações sobre a preparação para um grande ataque chegavam ao quartel-general da 2.^a Divisão e ao do CEP, naturalmente, misturadas com outras de nenhum valor táctico. Daí que a previsão duma ofensiva inimiga não fosse linear. No entanto, haveria que tomar providências. O general Gomes da Costa solicitou-as⁴¹, mas sem resultado... ou, melhor, foi determinado exactamente o oposto à decisão acertada.

Como já referido, a Convenção de 21 de Janeiro de 1918 reduziu a presença portuguesa na frente a uma só divisão integrando quatro brigadas. O restante pessoal serviria para recompletar efectivos⁴². A convenção não vigorou imediatamente após a mútua aceitação, dado os ingleses terem dificuldade momentânea em reocupar a área da frente que os portugueses desguarnecessem⁴³.

Em 6 de Abril, inesperada e unilateralmente⁴⁴, foi dada execução à Convenção de 21 de Janeiro, passando a 2.^a Divisão do CEP para o comando táctico do XI corpo de exército britânico. Formalmente, a participação portuguesa no teatro de operações europeu passou a estar correcta, só que, na prática, a divisão do comando interino do general Gomes da Costa ocupou toda a extensão de frente até aí guarnecida pelos efectivos do Corpo Português.

A frente, até 6 de Abril, dividida em quatro sectores, passou a estar reduzida, para a mesma extensão, a três: Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart. Para a sua defesa foram destinadas as seguintes brigadas: 2.^a, para Ferme du Bois; 6.^a, para Neuve Chapelle; 5.^a, para Fauquissart; 4.^a, para reserva da divisão. Em consequência da insubordinação da 2.^a brigada⁴⁵, que acabou por ser afastada para a retaguarda, o dispositivo de defesa ficou assim constituído: 5.^a brigada para Ferme

du Bois; 6.^a brigada para Neuve Chapelle; 4.^a brigada para Fauquissart; 3.^a brigada para reserva da divisão⁴⁶.

Os efectivos da 2.^a Divisão, para defender, em extensão e profundidade, uma frente de quase doze quilómetros, eram: 20 350 sargentos e praças e 721 oficiais. Na linha A e B havia 9016 sargentos e praças e 300 oficiais; na situação de reserva estavam 2535 sargentos e praças e 92 oficiais⁴⁷. «Para completar os efectivos faltavam 400 oficiais e 7000 praças.»⁴⁸

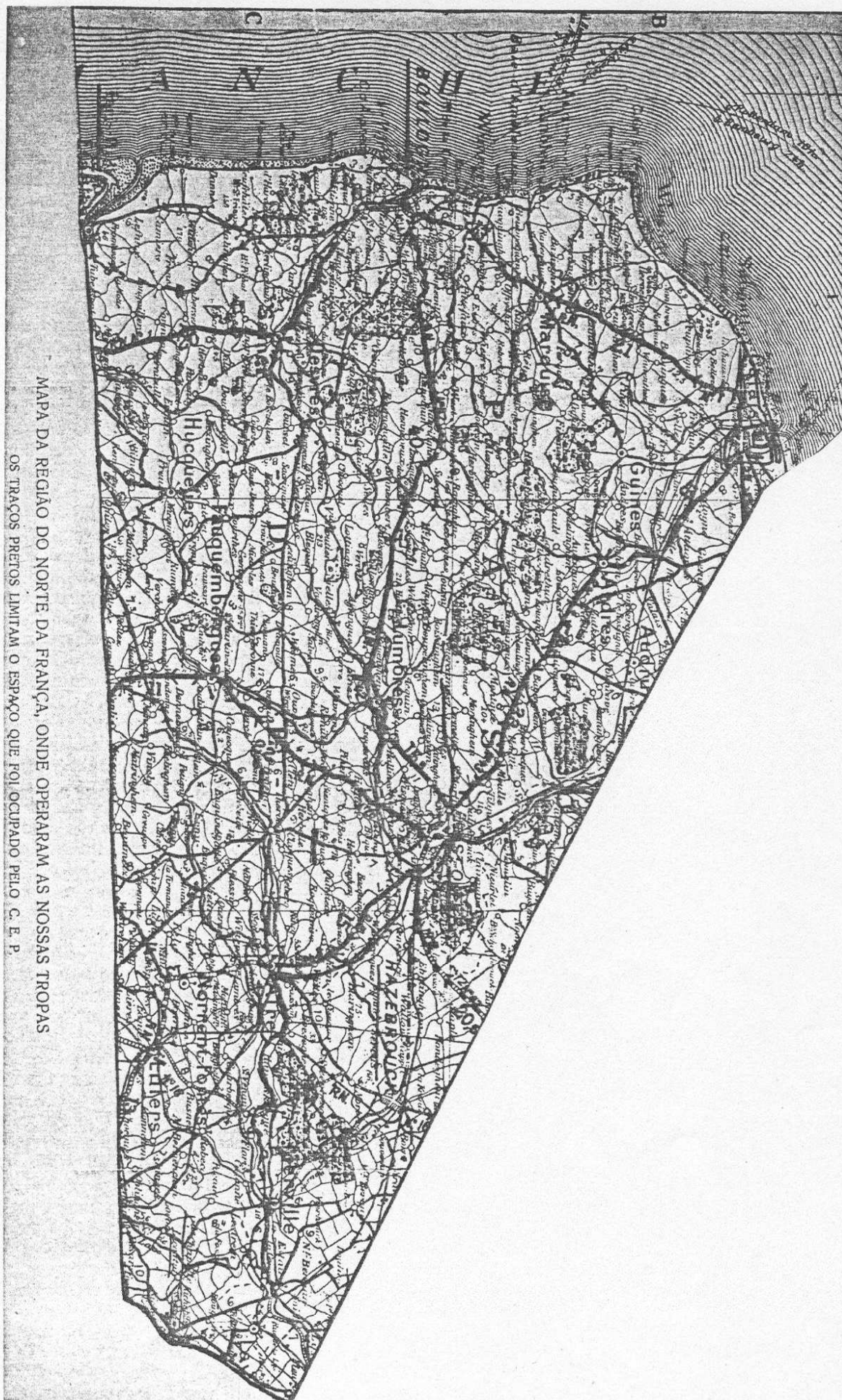
No dia 6 de Abril, o comandante do XI corpo britânico conferenciou com o general Gomes da Costa no quartel-general da 2.^a Divisão e estipulou que as tropas portuguesas deveriam ocupar defensivamente a linha B e despreocuparem-se da ocupação dos postos da Village Line. No dia seguinte, de novo o comandante do XI corpo foi conferenciar com o general Gomes da Costa, os comandantes das brigadas e os oficiais do estado-maior, e, num pequeno discurso improvisado, no final, vaticinou como orientação táctica: «A Divisão tem que morrer na B Line.»⁴⁹

Em síntese, poder-se-ia dizer que a 2.^a Divisão, nas vésperas da batalha de 9 de Abril, estava com os efectivos desfalcados, fisicamente o pessoal encontrava-se arruinado e moralmente deprimido. A divisão não tinha hipóteses de resistir a mais que um *raid* de médias proporções. Só perante uma evidência que, de tão nítida, feria a vista o comando inglês decidiu retirar os portugueses das primeiras linhas e colocar a divisão como reserva do XI corpo.

Em 8 de Abril foi dada a ordem de rendição. Rendição que se deveria iniciar a 9. Era tarde. Abandonada por Portugal, a 2.^a Divisão do CEP, por acção das bocas de fogo alemãs, encolhida nas tocas por onde, durante meses, arrastou misérias e desalentos, em holocausto à sobrevivência independente da Pátria, ia fundir-se em sangue e lágrimas sob o fogo, o ferro e os gases tóxicos do inimigo.

A GRANDE BATALHA

Nenhuma das dificuldades por que iam passando as tropas portuguesas na frente era desconhecida, certamente, do Alto Comando alemão. Por isso, ainda que no CEP houvesse a convicção de que o inimigo, na



frente do sector, estava preparando algum ataque de envergadura mais notável, não era de todo possível imaginar que os alemães haviam concentrado, em cerca de doze a quinze quilómetros, aproximadamente 1500 bocas de fogo⁵⁰. Muito embora a artilharia tenha sido essencial para a preparação do ataque, foi a massa de infantaria, reunida atrás das primeiras linhas e lançada ao assalto no momento oportuno, que possibilitou a ocupação do terreno. Foram oito divisões retemperadas contra a reduzida 2.ª Divisão do CEP, a 40.ª e a 55.ª britânicas. Os Alemães tinham, em apoio às atacantes, mais quatro divisões, e mais sete em reserva, que foi utilizando nos dias imediatos⁵¹.

Tudo começou na madrugada de 9 de Abril de 1918, quando um denso nevoeiro cobria a zona da frente no vale do Lys. Eram quatro horas e quinze minutos quando estalou um tremendo bombardeamento sobre todo o sector português. Das primeiras linhas às sedes de comandos mais recuados, nada foi poupado. Se, por um lado, as guarnições dos quartéis-generais da divisão e do corpo estranharam a violência inicial, as tropas que estavam mais à frente aceitaram-na como represália do ataque de artilharia aliada efectuado na véspera. No entanto, quanto mais o tempo passava mais se esvaía essa esperança, para dar lugar à certeza de que se tratava da preparação dum ataque em força⁵².

O flanco direito do sector português — Ferme du Bois —, guarnecido pela 5.ª brigada, tinha em primeira linha: à direita, o Batalhão de Infantaria n.º 10; à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 17; em apoio, o Batalhão de Infantaria n.º 4; e em reserva o Batalhão de Infantaria n.º 13.

O comando da 5.ª brigada viu-se, logo após os primeiros minutos de bombardeamento, impossibilitado de comunicar telefonicamente, quer para a frente, quer para a retaguarda. O comandante, coronel Docleciano Martins, aceitou que tão pronta impossibilidade se devia a sabotagem⁵³.

Curiosamente, as ligações telefónicas da sede do Batalhão de Infantaria n.º 10 para as companhias destacadas nas linhas mantiveram-se intactas até às seis horas⁵⁴.

O comando do Batalhão de Infantaria n.º 17 só ficou sem hipóteses

de se ligar telefonicamente com as companhias destacadas nas linhas cerca das oito horas da manhã⁵⁵. Parece clara a intenção do inimigo em quebrar as comunicações das unidades da frente com os escalões à retaguarda, capazes de desencadear pedidos de contra-ataque.

Cerca das nove horas já os alemães estavam muito próximos do posto de comando do B.I. n.º 10, e, segundo tudo indica, a sua penetração nas trincheiras fez-se primeiro pelo sector inglês, à direita, tendo aquelas tropas cedido terreno e permitido que a primeira linha portuguesa fosse envolvida pela direita e retaguarda⁵⁶.

Entretanto, pelas 5.30 horas, a companhia mais à direita do Batalhão de Infantaria n.º 17 (que se ligava com a mais à esquerda do B.I. n.º 10) informava o comando da sua unidade que na «terra de ninguém» havia fortes patrulhas inimigas que estavam a ser repelidas⁵⁷. Às 6.15 horas, a companhia de esquerda, pertencente ao B.I. n.º 17, fazia saber que não carecia de apoio da artilharia⁵⁸.

O comando do Batalhão de Infantaria n.º 4, em apoio, sem ligações telefónicas mal começou o bombardeamento, tentou, por meio de ordenanças, transmitir às companhias ordem para se porem em marcha para a frente. Dada a intensidade

do bombardeamento, o tenente-coronel Sande Lemos, comandante da unidade, presumiu que as ordenanças deviam ter sido mortas, sem terem conseguido transmitir a ordem. Pelas dez horas avistou os primeiros alemães e foi feito prisioneiro pelas 11.30 horas⁵⁹.

Dos oficiais do B.I. n.º 17 só escapou de morrer ou de ficar prisioneiro o tenente miliciano médico José Viana Corrêa⁶⁰.

Pelas treze horas foi feito prisioneiro o comandante da 5.ª brigada com o seu estado-maior. Interrogado por um coronel alemão, tentou esquivar-se a responder, mas apreendeu que interessava ao inimigo aquilatar da surpresa do ataque, da situação das reservas e apercebeu-se que estava, também, perfeitamente informado quanto à localização do posto de comando da 5.ª brigada.

A 6.ª brigada defendia o sector de Neuve Chapelle ao centro da frente portuguesa, e nele tinha empenhados, em primeira linha: à direita, o Batalhão de Infantaria n.º 1; à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 2; em apoio estava o Batalhão de Infantaria n.º 11; e constituía reserva de todo o sector o Batalhão de Infantaria n.º 5.

Eram 4.15 horas, ainda o segundo-comandante do B.I. n.º 1 trabalhava nos preparativos da rendição que se



Cabeçalhos de jornais da frente - (G., 9-IV-1926)

esperava, quando rebentou sobre a zona dos abrigos do comando um violento bombardeamento. Imediatamente as ligações telefônicas foram cortadas, primeiro com os comandos à retaguarda e, depois, com as companhias⁶¹. Até às oito horas toda a frente foi consecutivamente bombardeada pelo inimigo. Àquela hora o tiro alongou e passaram as granadas a cair na zona do abrigo do comando do batalhão. Às 9.30 horas já correm as primeiras notícias de prisões nas linhas A e B⁶². As guardas avançadas alemãs caminhavam oitenta metros atrás da barragem de artilharia. Formavam um grupo de seis homens e varriam o terreno a tiro de metralhadora⁶³. O número de baixas foi enorme; restaram somente cinco oficiais e algumas dezenas de praças, que não foram nem presos nem feridos.

Na esquerda do sector, o Batalhão de Infantaria n.º 2 começou a ser bombardeado, segundo o seu comandante, pelas quatro horas. Também, logo de início, ficou sem comunicações telefônicas para a retaguarda e para a frente, só conseguindo estabelecer-las com a companhia da esquerda. Havia sido uma granada que atingira a cabina do amplificador e da telegrafia sem fios⁶⁴. Até mesmo a única ligação duradoura foi-o até às 5.30 horas. Dessa área da frente ia sabendo que nada acontecia para além do formidável bombardeamento. De manhã, quando foi possível ver, mesmo pelo meio do denso nevoeiro, as posições de metralhadoras pesadas existentes nas proximidades do posto de comando do batalhão estavam destruídas, os homens mortos ou feridos.

Na frente, nas linhas, praticavam-se actos de rara bravura. O capitão João Mendes Cabeçadas, comandante da 1.ª companhia, pelas oito horas, debaixo do intenso bombardeamento, para poder informar o comando do batalhão e, ao mesmo tempo, levantar o moral dos soldados, vai pessoalmente percorrer todos os postos, animando os militares com o seu exemplo.

Próximo das nove horas, o comandante do batalhão, incapaz de conseguir qualquer ligação com a retaguarda (todas as ordenanças iam, mas não regressavam), convicto de que se tratava duma grande ofensiva, carecido de reforços, resolveu, já sem grandes esperanças, largar os quatro pombos pedindo auxílio. Como consequência do lavar da terra com aivecas de morte que tudo revolviam



Bernardino Machado; des. Valença
(VA, 1910)



Sidónio Pais presidente da República
(postal da época) - (HV)

sem decoro nem respeito, as munições, tão necessárias à defesa, ficaram soterradas, enquanto os homens, espantados com tanta brutalidade, respiravam o ar envenenado de gases que o inimigo sobre eles despejava.

«(...) seriam proximamente 10.30 horas, surgem inopinadamente pela esquerda (Fauquissart) e retaguarda patrulhas inimigas, seguidas aquelas de vagas de assalto, que assestando as metralhadoras varrem todas as trincheiras de comunicação do comando do batalhão ao mesmo tempo que avançam.»⁶⁵ Toda a resistência

era inútil. O Batalhão de Infantaria n.º 2 já não existia.

O comandante do Batalhão de Infantaria n.º 11, em apoio, quando às quatro horas foi surpreendido pelo bombardeamento, teve oportunidade para verificar que as áreas batidas pela artilharia adversa eram: toda a retaguarda do sector, as proximidades dos abrigos do comando, as posições da artilharia portuguesa e, dum modo geral, as estradas. Às cinco horas já o comando do B.I. n.º 11 não conseguia estabelecer quaisquer ligações telefônicas. Pelas seis horas houve uma pequena pausa no bombardeamento, a qual durou exactamente quinze minutos, retomado com redobrada intensidade.

Eram dez horas quando chegaram as primeiras notícias da frente: os alemães ocupavam já a linha A e, nalguns pontos, a B. Às 11.15 horas o bombardeamento intensificou-se de tal modo que os impactes das granadas sobre a frágil construção que servia de posto de comando destruíram-na, soterrando o pessoal. Pelo meio-dia ouve-se já o fogo das metralhadoras alemãs. Face à impossibilidade de resistência, já que não tinha ligação com nenhuma companhia, o comandante do batalhão retirou acompanhado pela parte sobrevivente do seu estado-maior⁶⁶.

A unidade teve as seguintes baixas: 13 oficiais, 21 sargentos e 244 cabos e soldados.

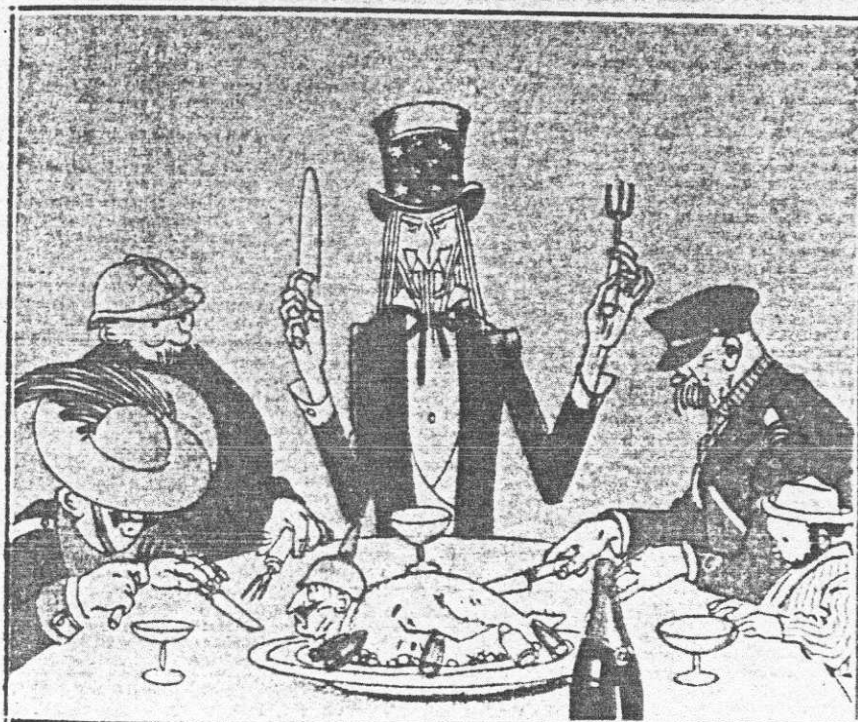
O Batalhão de Infantaria n.º 5, que era reserva do sector, começou a ser bombardeado pelas 4.10 horas com grande intensidade. Tal como aconteceu a todos os outros batalhões do sector de Neuve Chapelle, também este ficou de imediato sem ligações telefônicas com o comando superior. «Pelas 9.15 horas apareceu o padre capelão Manuel Caetano, da 6.ª brigada, e uma escolta de seis soldados, que me transmitiu a ordem de mandar avançar duas companhias para reforçar cada subsector (...)»⁶⁷ A barragem de artilharia era tão forte que foi impossível penetrá-la para correr em socorro da frente. Havia que tentar ocupar mais à retaguarda algumas posições que possibilitassem uma defesa eficiente e, simultaneamente, constituíssem uma dificuldade para o inimigo ultrapassar. Entretanto, pelo percurso o comandante do B.I. n.º 5 foi recebendo ordens para recuar com pouco mais de centena e meia de homens que o acompanhavam. Os alemães avançavam sempre, vindos da esquerda, de Fauquissart.



ENFOT: ALEXANDRE AUGUSTO RAMOS CERTA

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO — RUA DE S. MARIA, 41 — LISBOA

O PERU



OS CONVIVAS EUROPEUS:— Deve ser duríssimo de roer!

Os Aliados preparam-se para trincar Guilherme II;
des. de H. Collomb — (SC, 7-1-1918)

Em síntese poder-se-ia dizer que a 6.^a brigada, nas linhas A e B, sofreu envolvimento pela esquerda e retaguarda, e na direita ataque frontal; não teve possibilidades de fazer chegar às primeiras linhas quaisquer reforços por falta de ligações e devido à intensa barragem.

No extremo esquerdo da frente portuguesa ficava o sector de Fauquissart. Ligava-se com a 40.^a divisão inglesa através da 119.^a brigada de infantaria. Desde 5 de Fevereiro que esta zona da frente era defendida pela 4.^a brigada ou, também, chamada do Minho.

À frente, no subsector da direita, confinando com as forças da 6.^a brigada, estava o Batalhão de Infantaria n.º 20; no da esquerda, encontrava-se o Batalhão de Infantaria n.º 8; o apoio às primeiras linhas era dado pelo Batalhão de Infantaria n.º 29; constituía reserva do sector o Batalhão de Infantaria n.º 3. À 4.^a brigada faltavam, para ter os efectivos completos, 51 oficiais e 1300 praças, além de que necessitava urgentemente de repouso, por ser a brigada da 2.^a Divisão com mais tempo de consecutiva permanência nas trincheiras.

Pelas 4.15 horas todo o sector de Fauquissart foi bruscamente despertado por um brutal bombardeamento; eram batidas as primeiras linhas, os comandos de batalhão e de brigada, os cruzamentos das estradas e povoações. O quartel-general da brigada ficou, quase imediatamente após o início do bombardeamento, sem ligações telefónicas com as unidades da frente, muito embora, segundo o comandante, tal nunca tenha acontecido em ataques anteriores⁶⁸. Foi logo montado um serviço de ordenanças para garantir as comunicações com a frente.

Previendo o pior, às 4.50 horas, duas companhias que estavam junto ao Q-G da brigada receberam ordem de marcha para a zona de apoio. Pelas oito horas iniciou-se o avanço da infantaria alemã, o qual se fez sobre o subsector defendido pelo B.I. n.º 8, isto é, à esquerda de todo o sector. Rapidamente o inimigo aproximou-se da linha B, depois de ter aniquilado toda a resistência oferecida na linha A. Eram 10.15 horas quando foi recebida no Q-G da brigada a última comunicação da frente. Quinze minutos antes já se sentiam os efeitos da penetração alemã nas linhas: as praças debandavam. Pelas 10.30 horas, as estradas de acesso ao Q-G eram batidas pelo fogo das metralhadoras. A progressão do adversário fazia-se a uma velocidade espantosa. O comandante da 4.^a brigada determinou que o quartel-general se transferisse para junto da brigada inglesa, à esquerda, que distava cerca de oitocentos metros. Minutos mais tarde, uma granada de grande calibre destruiu a casa que servia de abrigo e posto de comando da brigada; o tenente-coronel Carlos Mardel, ferido, desmaiado, acabou por cair prisioneiro dos alemães.

O comando do Batalhão de Infantaria n.º 20, direita do sector, tendo conseguido manter algumas ligações telefónicas durante certo tempo, deu indicações às companhias, na frente, para recuarem da linha A para a B e depois, quando o bombardeamento afrouxasse, reocuparem a linha A. Pelas 7.30 horas, o major Xavier da Costa, comandante do B.I. n.º 29, informava que o inimigo tinha entrado no subsector da esquerda.

O bombardeamento continuava intenso. Às 8.15 horas, um pelotão, do B.I. n.º 8, devidamente comandado, apresentou-se no posto de comando do B.I. n.º 20. Havia retirado das linhas. Meia hora mais tarde teve-se notícias concretas dos ale-

mães na linha B. Entre as nove horas e as nove e trinta, ouviam-se, cada vez mais próximos, os disparos das metralhadoras alemãs. Quando o próprio comandante do B.I. n.º 20 se preparava para montar a única metralhadora disponível e fazer frente ao inimigo, saíram do denso nevoeiro inúmeros soldados alemães, de baioneta calada na espingarda, que o obrigaram à rendição⁶⁹.

O Batalhão de Infantaria n.º 8 ocupava a esquerda do sector e constituía a unidade de ligação à 40.ª divisão britânica. O comandante do batalhão diz, no seu *Relatório*⁷⁰, que o bombardeamento iniciado às quatro e quinze terminou às nove e vinte. De imediato ficou sem comunicações telefónicas com a companhia da esquerda (zona de junção à 119.ª brigada inglesa) e com o comando da 4.ª brigada. Seriam 4.45 horas quando foi dado o alerta de fortes patrulhas nas primeiras linhas. Às 8.15 horas, o bombardeamento abrandou, para, logo de seguida, aumentar com enorme brutalidade sobre a área circundante do posto de comando do batalhão; foi pedido auxílio da artilharia pesada e das metralhadoras pesadas inglesas. Largaram-se pombos transportando pedidos de ordens e fornecendo pormenores. Eram nove e dez, vivendo uma interminável expectativa, sem que nada aconteça para além do terrível bombardeamento que ia matando e incapacitando a oito, chegou, das primeiras linhas, da extrema esquerda, ligeiramente ferido, o alferes Malheiro, que disse que não se notara qualquer acção da infantaria alemã na frente. Alguns instantes mais tarde as ligações telefónicas com a companhia da direita são interrompidas, mantendo-se ainda as linhas que permitem falar com a companhia do centro e com o comando do batalhão em apoio. Dez minutos depois (nove e vinte), só se conseguia já falar com esta última unidade. Minuto a minuto, os homens sentiam que iam ficando mais isolados, mais submersos em fogo e metralha⁷¹.

Seriam 9.25 horas quando a barreira de tiro de artilharia começou a avançar para a retaguarda do sector, vindo-lhe logo no encalço uma outra de tiro de metralhadora. Quase de seguida caíam prisioneiros os oficiais do comando do batalhão⁷².

No trajecto para o cativeiro, o comandante viu como ainda era possível haver vida onde, logicamente, só restaria a morte⁷³.



Castelo de cartas



Os monarcas, ao destroço
Que se vê n'este painel,
Não eram de carne e osso,
Eram feitos de papel!

A queda das monarquias; des. de Rocha Vieira
(SC, 2-XII-1918)

Em apoio estava o Batalhão de Infantaria n.º 29, e, na impossibilidade do seu comandante, major Xavier da Costa (que ficou praticamente cego depois da batalha), de elaborar o relato, foi o capitão José dos Santos e Cunha quem o fez⁷⁴.

A convicção de que haveria um ataque de grande envergadura sobre a frente portuguesa deveria, muito provavelmente, ter transitado das primeiras linhas alemãs para as dos aliados por vias obscuras e complexas. Aqui e além, os contemporâneos dos factos deixam escapar uma suspeita

de espionagem. Muito provavelmente as tropas do CEP, preocupadas com o inimigo da trincheira em frente, não toparam com aqueles que com eles conviviam diariamente. São dúvidas deste quilate que o autor do *Relatório* do B.I. n.º 29 nos deixou⁷⁵.

Pelas 4.35 horas de 9 de Abril o B.I. n.º 29 já tinha enviado todas as suas forças para apoio às primeiras linhas. Às dez e meia, o major Xavier da Costa, tendo reunido à sua volta o máximo possível de homens, tomou a decisão de resistir, entrincheirando-se nos drenos. Resistência inútil para

travar tão poderoso adversário. Foram morrendo ou ficando feridos um a um, até que os últimos tiveram de se render às tropas alemãs. O major Xavier da Costa e os seus bravos ficaram como símbolo de La Lys.

O Batalhão de Infantaria n.º 3, reserva do sector, pelas 5.15 horas já tinha feito marchar para a frente as duas companhias que constituíam, à hora do início do ataque, toda a sua força. O comando e o seu estado-maior foi-se apresentar no quartel-general da 4.ª brigada. Quando no cumprimento da decisão de se apresentarem na 119.ª brigada inglesa, alguns oficiais e praças acabaram por cair em poder do inimigo⁷⁶.

Como síntese da actividade da 4.ª brigada (a que teve maior número de baixas, quer em mortos quer em prisioneiros e que sofreu mais intensamente a acção penetrante do inimigo), poder-se-iam usar as palavras do capitão Santos e Cunha: «Fácil é de ver que o envolvimento se fez neste sector, pelo flanco esquerdo, que estava apoiado em tropas britânicas, que cedeu às 8.50 horas⁷⁷, tendo os portugueses cedido cerca das dez horas.»⁷⁸

A função de reserva da 2.ª Divisão estava cometida à 3.ª brigada, a qual tinha os seus quatro batalhões (Infantaria n.º 9, Infantaria n.º 12, Infantaria n.º 14 e Infantaria n.º 15) dispersos na área da linha do corpo e, tacticamente, deveria ocupar a Village Line em caso de ataque.

A recente transferência para situação de reserva (7 de Abril), o desconhecer os itinerários a usar nas deslocações e os postos a ocupar, o fortíssimo bombardeamento sobre as estradas e a dispersão dos batalhões ao longo do sector português, levou a que estes não atingissem, na sua maioria, a Linha das Aldeias quando tardiamente conseguiram pôr-se em marcha. Quedaram-se pelos postos da Linha do Corpo.

No entanto, ainda que as unidades da 3.ª brigada não tenham defendido os postos que lhes competiam, o certo é que, no final da batalha, perderam 17 oficiais, 18 sargentos e 218 cabos e soldados, facto demonstrativo da resistência isolada, pouco organizada mas galharda que a infantaria da brigada de reserva, na madrugada e manhã de 9 de Abril, ofereceu ao avanço das hostes alemãs⁷⁹.

Um dos muitos actos de rara bravura, pela resistência oferecida, foi o dos comandos do B.I. n.º 13 (reserva da 5.ª brigada) e do n.º 15,

em La Couture, os quais, acompanhados de forças das suas unidades e de tropas britânicas, defenderam o reduto até se lhes esgotarem as munições, às 11.30 horas de 10 de Abril⁸⁰.

A acção de artilharia do sector português foi praticamente inócua perante a capacidade alemã em presença. Organizada em quatro grupos de baterias de artilharia (1.º, 2.º, 5.º e 6.º GBA), rapidamente foi neutralizada. As ligações telefónicas, dum modo geral, ficaram inoperativas aos primeiros disparos alemães, o que levou os comandantes das ba-

terias a adoptar uma de duas posições: ou abriam fogo a pedido dos batalhões que apoiavam, ou abriam por sua própria iniciativa. Em qualquer dos casos, o resultado foi sempre o mesmo: guarnições de peças intoxicadas por acção dos bombardeamentos de gás do inimigo; peças inoperativas em consequência dos disparos alemães; peças caladas por falta de munições⁸¹. No entanto, sempre que as baterias de artilharia da 2.ª Divisão faziam fogo e se ouvia o troar dos seus canhões nas primeiras linhas do sector português, uma nova esperança pairava entre



O BARBARO ATENTADO E O RIR DOS BANDIDOS

Se o monstruoso assassínio foi premeditado por qualquer agrupação política, tal agrupação deverá ser considerada uma instituição de malfetores e todos os seus membros, que não demonstrarem a sua repulsa pelo atentado, deverão ser considerados perigosos à sociedade.

Salvemos a nossa mãe commum!

Segundo o que nos informa um parente do Sr. Sidónio, a 17 de dezembro de 1918, o Sr. Sidónio, em companhia de alguns amigos, foi a uma reunião em casa de um amigo, onde se discutia a situação da República e a necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Segundo o que nos informa um parente do Sr. Sidónio, a 17 de dezembro de 1918, o Sr. Sidónio, em companhia de alguns amigos, foi a uma reunião em casa de um amigo, onde se discutia a situação da República e a necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Segundo o que nos informa um parente do Sr. Sidónio, a 17 de dezembro de 1918, o Sr. Sidónio, em companhia de alguns amigos, foi a uma reunião em casa de um amigo, onde se discutia a situação da República e a necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Estava então em discussão a possibilidade de se tomar medidas para a defesa da República, e o Sr. Sidónio, que era o mais activo dos participantes, estava a fazer uma exposição da situação da República e da necessidade de se tomar medidas para a sua defesa.

Morte de Sidónio Pais n.º A Vanguarda, de Pedro Muralha (V., 17-XII-1918)

os soldados de infantaria cosidos às paredes dos buracos que lhes serviam de abrigos.

Ao comando da 2.^a Divisão pouco mais restou para fazer do que pressentir a destruição da maior parte do CEP. E pressentir porque não conseguiu, desde os primeiros momentos após o início do bombardeamento, estabelecer comunicações telefônicas; pressentir porque, não dispondo duma reserva capaz de possibilitar um contra-ataque, ficou-se por expedir umas vagas ordens para a 3.^a brigada e cruzar os braços esperando. O destino da 2.^a Divisão do CEP estava realmente, desde a primeira hora, ligado à linha B — quando esta soçobrou acabou-se aquela.

Daí que o balanço do ataque alemão, na madrugada de 9 de Abril de 1918, sobre o sector português na frente ocidental, se tenha saldado por um recuo das forças aliadas, e uma desestabilização da frente até ao dia 30 de Abril. Não se podem, nem se devem, assacar responsabilidades aos portugueses. A 2.^a Divisão suportou estoicamente, no limite das suas possibilidades, o embate dum furioso assalto, bem pensado e melhor organizado, cuja finalidade era, escolhendo o elo mais fraco, destruir toda a cadeia defensiva dos Aliados e não só o sector português.

Mais tarde, quando a Alemanha começou a recuar, a perder força,

em Outubro de 1918, contra todas as vontades e arrostando com dificuldades enormes, ainda foi possível organizar três batalhões de infantaria, a partir dos restos desfeitos do CEP, transformado em equipas de trabalhadores braçais dos exércitos britânicos, os quais, incorporados em brigadas inglesas, estiveram na primeira linha de combate nos dias que antecederam o Armistício. Alguns oficiais, poucos, importavam-se em regressar à Pátria de cabeça erguida⁸².

RUÍRAM OS SONHOS

Depois do Armistício, da morte violenta de Sidónio Pais, do regresso ignorado — mais ainda do que fora a partida — do CEP, não mais se voltou às fórmulas do passado. Realmente alguma coisa estava diferente em Portugal; os ídolos da política dos primeiros anos da República, uns após outros, foram esbatidos, ou esbateram-se, no pano de fundo do passado. Dos grandes partidos políticos de antes da guerra só subsistiu o Democrático e, mesmo assim, «exilando» em França o seu líder carismático: Afonso Costa. A República, como regime, consolidou-se nos campos de Flandres; os monárquicos abandonaram as quixotescas incursões — experimentava-se, antes, a corrosão pelo lado de dentro; depois

da falhada monarquia do Norte, ensaiava-se a «monarquia sem rei».

O património colonial português manteve-se intacto enquanto as grandes nações negociavam a paz, partilhando e retalhando os bens alheios. Era ainda o esforço dos republicanos do passado que segurava, de alguma forma, esse pedaço de afirmação de dignidade nacional no mundo dos anos 20.

Não mais independente da Grã-Bretanha do que antes da guerra, com um Exército e uma Armada incapazes de se projectar no futuro como elementos dissuasores de ameaças externas, mas, pelo contrário, mantendo a vocação para servir os interesses da política partidária, distanciando os padrões da vida urbana dos da vida rural, incentivando o saudosismo, empolando a ambição de ordem nas ruas, a política portuguesa do pós-guerra não soube encontrar na beligerância, e no que ela representava, o paradigma de modernidade tão desejado pelos fundadores da República.

Em suma, se da beligerância resultou o conseguir-se preservar a integridade territorial e a aceitação internacional do regime republicano, frustraram-se, no entanto, os planos de independência da Grã-Bretanha, e, tão importante quanto o resto, ruíram os projectos de corte com o conservadorismo obscurantista do passado.

¹ Preâmbulo do Decreto de 2 de Março de 1911, que modifica a Lei do Recrutamento e transforma o Exército português num misto de permanente e miliciano — *Ordem do Exército* n.º 5, 1.^a Série, de 6 de Março de 1911, pág. 144.

² Decreto de 2 de Março de 1911, *Ibid.* pág. 144.

³ Facilidades de passagem de tropas em Moçambique, apoios em tropas em África, 20 000 espingardas e 1000 cartuchos por arma, 56 peças de artilharia.

⁴ Em 23 de Novembro de 1914, o Governo obteve do Parlamento autorização para intervir militarmente na Europa.

⁵ Da leitura do *Relatório do Comando*, elaborado pelo general Tamagnini, em Lisboa, a 19 de Março de 1919, sente-se uma constante e obsessiva agressividade, salvo raras excepções, contra os oficiais do CEP. Verdade seja que reconhece que «a maioria dos oficiais entraram na guerra contrariados (...)», pág. 23. Arquivo Histórico Militar (A.H.M.), 1.^a Div., 35.^a Sec., Cx. 1294.

⁶ Vd. *Relatório de Comando*, já mencionado. Da carta enviada ao ministro da Guerra, Norton de Matos, extraiu-se: «(...) soldados ingleses, que nunca imaginei puderem apresentar-se tão bem. (...) É um gosto vê-los fazer uma continência, marchar, conduzir carros, (...) é uma tropa que precisamos imitar (...). Nos oficiais é que está tudo e eis aí o nosso ponto fraco (...). Dos oficiais ingleses temos recebido bastantes amabilidades; fui visitado no meu acantonamento pelo general Halking, Comte. do XI corpo, que por várias vezes me disse que qualquer coisa que me não agradasse lha comunicasse imediatamente para lhe dar pronto remédio, e à despedida usou desta frase: *Adieu mon General... mon ami*. Foi realmente muito amável.» A.H.M., 1.^a Div., 35.^a Sec., Cx. 1294, n.º 5.

⁷ General Tamagnini, *Relatório do Comando*, pág. 77, *Ibid.*

⁸ Bem demonstrativa da oposição à entrada na guerra é a denúncia da autoria do «Grupo Companheiro do Bem», que alerta o Serviço de Informações do Estado-Maior do Exército para a eventualidade de se verificarem distúrbios na parada militar provocados por sindicalistas e antimilitaristas. Diz-se, nesse documento, que «[...] o elemento revolucionário sindicalista a tudo está disposto, para perturbar a mobilização, e suas operações.» Documento n.º D-93-9. A.H.M., 1.^a Div., 35.^a Sec., Cx. 1262, n.º 1.

⁹ General Tamagnini, *Relatório do Comando*, pág. 4, *Ibid.*

- 10 Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 1.º Vol., Lisboa, 1934, pág. 129.
- 11 Vide cópia da nota n.º 203, de 12 de Fevereiro de 1917, do comando do CEP, e cópia do telegrama n.º 85, de 2 de Março de 1917, do ministro da Guerra para o general comandante do CEP. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1294, n.º 5.
- 12 Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, págs. 84-85.
- 13 General Tamagnini, *Relatório do Comando*, págs. 9 e 10, *Ibid.*
- 14 Vasco de Carvalho, *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys*, Lisboa, pág. 15.
- 15 Major Vitorino Godinho, chefe do Estado-Maior da 2.ª Divisão, *Relatório Circunstanciado da Batalha de Lys*, pág. 109. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 144, n.º 180.
- 16 Ferreira Martins, *Ibid.*, pág. 248.
- 17 Números obtidos por cálculos feitos sobre a síntese de confrontos relatados por David Magno, *Livro da Guerra*, Porto, 1921, págs. 85 a 91.
- 18 Não se encontram valores exactos para o total das baixas até 9 de Abril de 1918. Para o cálculo dos referidos seguiram-se os números mencionados por David Magno, mas trata-se de valores notavelmente diferentes dos reais, já que no mês de Março as baixas aos hospitais e ambulâncias foram aumentando num crescendo incontrolável. No entanto, usando método igual, apuram-se (seguindo a obra do general Gomes da Costa *A Batalha do Lys*, Porto, 1920, págs. 23 a 31) 354 baixas, das quais 121 prisioneiros, poucos dias antes de 9 de Abril. Outra aproximação possível, e mais segura, consegue-se usando os dados fornecidos a págs. 410 da obra já citada de Vasco de Carvalho; subtraindo ao total as baixas na batalha de 9 de Abril, obtém-se a cifra de 6339, assim dividida: 1022 mortos, 93 prisioneiros, 5224 feridos, dos quais nem todos se referem ao período anterior à batalha do Lys, já que, posteriormente, também houve perdas por acção directa do inimigo.
- 19 Elementos calculados a partir da síntese feita por David Magno, *Ibid.*, págs. 85 a 91.
- 20 Valores calculados do modo já referido, *Ibid.*, págs. 85 a 91.
- 21 De Outubro de 1917 a Fevereiro de 1918 foram transportados para França cerca de dois mil homens.
- 22 João Medina classifica a experiência política de Sidónio Pais, rápida e recheada de brutalidade e repressão, de «meteoro sidonista»: «O Homem que Matou Sidónio Pais», revista *História*, n.º 10, Lisboa, Agosto de 1979, pág. 51.
- 23 Na fase preparatória e primeiros tempos de governo, apoiaram Sidónio Pais o Partido Unionista, antibeligerante, as guarnições dos regimentos de Infantaria n.º 5 e 16, de Artilharia n.º 1, de Cavalaria n.º 7, alguns cadetes da Escola de Guerra, um batalhão do Regimento de Infantaria n.º 33, de Lagos, que se encontrava em Lisboa para embarcar para França, alguns marinheiros da Armada capitaneados pelo cabo Gabriel a troco de cinco contos pagos pelo financiador de Sidónio, proprietário alentejano António Miguel de Sousa Fernandes. No dizer de A. H. de Oliveira Marques (*História de Portugal*, 4.ª edição, 2.º Vol., Lisboa, 1977, pág. 273), Sidónio Pais teria recebido apoios financeiros da alta-burguesia e de grandes proprietários. Machado Santos, desde a primeira hora, ficou, mais os seus amigos políticos, ao lado de Sidónio.
- 24 Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, 1982, págs. 27 a 34. Esta ligação da classe operária ao sidonismo vai durar até meados de Janeiro de 1918, a partir de quando se verificam as primeiras repressões brutais das greves desencadeadas (António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, págs. 158 a 166).
- 25 O Partido Unionista, no decurso do ano de 1918, acabou por retirar o apoio a Sidónio Pais, assim como uma grande parte dos republicanos moderadamente conservadores. Ficaram os monárquicos e os amigos da Alemanha aguardando melhor oportunidade para derrubarem o «Presidente-Rei».
- 26 Augusto Casimiro, *Calvário da Flandres*, Porto, 1920, pág. 21.
- 27 O Governo inglês conseguia, assim, a realização das intenções, que já há muito tempo o animavam, de cortar a autonomia à representação portuguesa na frente. O Governo de Lisboa fez desta convenção moeda de troca para ser aceite junto do de Londres.
- 28 Processo constituído por três notas (n.ºs 46, 47, 49) da 2.ª companhia do B.I. n.º 1, da nota n.º 629 do B.I. n.º 1, da nota n.º 4 da 6.ª brigada de infantaria para a 2.ª Divisão, todas datadas de 1 de Janeiro de 1918. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 29 Nota n.º 3 do comando da 6.ª brigada de infantaria. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 30 Nota Confidencial n.º 4/T, de 6 de Janeiro de 1918. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 143, n.º 94.
- 31 Série de participações feitas, no mês de Março de 1918, pelo comandante do posto de polícia militar de Lavantie, segundo-sargento de Cavalaria n.º 9 Januário Alves da Silva, relativas a praças dos Batalhões de Infantaria n.ºs 1 e 8. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 32 De um modo geral, as ausências sem licença não excedem as quarenta e oito horas e nem são inferiores a dez horas. Série de participações relativas a praças dos Batalhões de Infantaria n.ºs 1, 2, 11 e 17. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 33 Referidos pelo general Tamagnini no *Relatório do Comando* (págs. 56 a 58), e relativos a um pelotão do Batalhão de Infantaria n.º 34 e do Batalhão de Infantaria n.º 7, *Ibid.* No entanto, há notícia de outra insubordinação da «(...) maioria das praças de Infantaria n.º 13, adidas a este Batalhão (de Infantaria n.º 4), por se recusarem a formar no dia 17 do corrente a fim de comparecerem pelas 20 horas (...) nos trabalhos de defesa, (...) alegando estarem fatigados». Nota de 19 de Março de 1918, do B.I. n.º 4 para o chefe do estado-maior da 2.ª Divisão. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 34 Detectaram-se quatro participações relativas a automutilações produzidas por disparos de espingarda: dois, com perfuração da mão direita; um, destruição da falanginha e falangeta do indicador da mão direita; um, perfuração de um pé. Todas as praças pertenciam à 2.ª companhia do Batalhão de Infantaria n.º 2 e as automutilações ocorreram uma a 19 de Março de 1918, outra a 20, outra a 21 e a última a 25. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1212.
- 35 General Tamagnini, *Relatório do Comando*, págs. 31 e 32, *Ibid.*
- 36 *Ibid.*, pág. 37.

- 37 B. M. Linddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, IBRASA, S. Paulo, 1967, págs. 246 a 256.
- 38 Major Vitorino Godinho, *Relatório Sumário da Batalha de 9 de Abril*, pág. 6. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 144, n.º 112.
- 39 Capitão António Miranda, chefe da Repartição de Informações do Quartel-General do CEP, no seu relatório, pág. 35. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 148, n.º 431.
- 40 Em 21 de Fevereiro são dois prisioneiros que declaram que os alemães receberam reforço de artilharia; em 1 de Março dois desertores avisam da iminência dum ataque; ao todo, durante este mês, o inimigo leva a efeito oito *raids* de grande envergadura, lança nove patrulhas de efectivos elevados e faz uma vintena de grandes bombardeamentos sobre as linhas portuguesas; vê-se que o inimigo organiza pontes e camuflagens nas estradas, que alarga as estações de caminho de ferro, que produz nuvens de fumo para ocultação de movimentos ferroviários; os prisioneiros declaram que os *raids* são feitos para testar a resistência dos portugueses; há notícia de tropas de assalto na frente do sector português; ouve-se, constantemente, o ruído do rodado dos carros por detrás das linhas.
- 41 *Relatório da Batalha de La Lys*, pág. 6. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 144.
- 42 General Tamagnini, *Ibid.*, pág. 18.
- 43 *Ibid.*, pág. 19.
- 44 Ainda se não descobriu nenhum documento que justifique a decisão inglesa na data que ocorreu.
- 45 A insubordinação resultou do facto de a 2.ª brigada, pertencente ao dispositivo orgânico da 1.ª Divisão, ver as outras duas brigadas, 1.ª e 3.ª, marchar para a retaguarda e ela ter de abandonar uma posição de reserva para passar às primeiras linhas. Dos batalhões que compunham a 2.ª brigada, o n.º 7 foi o mais difícil de submeter.
- 46 General Gomes da Costa, *Relatório da Batalha de La Lys*, pág. 2, *Ibid.*
- 47 *Ibid.*, págs. 3 e 4.
- 48 Major Vitorino Godinho, *Relatório Sumário*, pág. 1, *Ibid.*
- 49 *Ibid.*, págs. 3 e 4. O coronel Docleciano Augusto Martins, comandante da 5.ª brigada, no *Relatório da Batalha*, a págs. 6 e 7, refere: «O comando do XI corpo inglês (...) não ignorava os preparativos do inimigo para uma acção ofensiva, tanto que após os cumprimentos (...) no dia 7 de Abril (...) pelo mesmo senhor foi dito que era possível um ataque à frente portuguesa, mas que não haveria a recear um ataque a fundo, pois que o inimigo não possuía tropas à retaguarda para o apoiar (...)» Mais à frente (pág. 16), relata o que o general Gomes da Costa acrescentou quanto ao futuro daqueles que recusassem: «(...) seriam fuzilados pelas guarnições dos postos da Village Line quando dela se aproximassem.» A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 10.
- 50 O coronel Docleciano Martins, no *Relatório*, a págs. 6, diz: «Pelo que me foi dado observar, o inimigo deveria ter empregado, só, contra nós muitas centenas de peças e montanhas de granadas», e, mais à frente: «(...) o inimigo deveria dispor de enorme quantidade de artilharia e, à farta, de todas as espécies de munições. Verdadeiramente assombroso!» (pág. 10), *Ibid.*
- 51 Major Vitorino Godinho, *Relatório Circunstanciado*, pág. 152, *Ibid.*
- 52 O bombardeamento fez-se de acordo com as instruções de 18 de Março, as quais previam sete fases de fogo, que se distinguiam pelos tempos e zonas a atingir, alternando entre as posições da infantaria, as da artilharia e as dos morteiros; a última fase, visando preparar o assalto, concentrava todo o fogo sobre uma zona trezentos metros à retaguarda da primeira linha e, de quatro em quatro minutos, saltava duzentos metros para a frente. In General Costa Gomes, *Relatório Sumário*, pág. 17, *Ibid.*
- 53 «O terem sido inutilizadas e cortadas todas as linhas, como se constatou logo depois dos primeiros tiros, leva-me a supor que tal facto não foi unicamente devido aos efeitos do bombardeamento, apesar de as linhas serem todas aéreas. Inclino-me a que mão criminosa de espião seria o factor principal, e não único. O contrário seria atribuir demasiada influência ao que se poderá taxar de excepçãolíssimo acaso», *Relatório*, pág. 9, *Ibid.*
- 54 Major Guilherme Correia de Araújo, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 10, *Relatório*, datado de 22 de Abril de 1918. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 12.
- 55 Major José Augusto Duque, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 17, *Relatório*, datado de 3 de Fevereiro de 1919, pág. 8. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 14.
- 56 Major Correia de Araújo, *Relatório*, págs. 13 e 14, *Ibid.* O alferes Norberto Amâncio Alves, ajudante do B.I. n.º 10, relata que próximo das 9.30 horas um homem vindo das primeiras linhas «(...) informou que o inimigo tinha ocupado a 1.ª linha (...) os ingleses da nossa direita fugiram chorando. Os alemães entraram nas linhas inglesas, vieram pela trincheira de comunicação e estão uns na trincheira Herodes e outros mais acima, cortando por isso a retirada às nossas forças que se encontravam na direita», *Relatório*, pág. 2. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 12.
- 57 Major José Duque, *Relatório*, pág. 8, *Ibid.*
- 58 *Ibid.* Interpretando esta informação, poder-se-ia concluir que sobre a zona central da frente portuguesa os alemães tinham diminuído a pressão, facto que demonstra que a progressão se fez pelos flancos. Vd. pág. 9 do citado *Relatório*.
- 59 Tenente-coronel Sande Lemos, *Relatório*, datado de 24 de Janeiro de 1919. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 11.
- 60 Tenente José Viana Corrêa, *Relatório*, A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 143, n.º 76.
- 61 Capitão José da Cruz Viegas, *Relatório*, pág. 3. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 142, n.º 7-A.
- 62 «Pelas 9.30 horas, o impedido do Sr. capitão Correia veio-nos dizer que o seu capitão estava preso pelos alemães e que os mais oficiais igualmente estavam presos. Que havia já numerosos mortos, feridos e soterrados», *Ibid.*, pág. 4. Um pouco antes já o comando sabia «(...) que nas linhas as guarnições se achavam aniquiladas pelo desmoronamento das trincheiras, sendo impossível aos poucos homens que restavam oferecerem qualquer resistência», *Relatório do Oficial Granadeiro do B.I. N.º 1*, alferes Carlos de Almeida Beltrão de Seabra, pág. 2. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 142, n.º 5.

⁶³ *Ibid.*, pág. 5.

⁶⁴ Major Nepomuceno de Freitas, comandante do B.I. n.º 2. *Relatório*, pág. 3. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 16.

⁶⁵ *Ibid.*, pág. 6, e, ainda nessa página: «(...) visto que pelo que deixo dito se conclui que este nos envolveu, tendo penetrado por pontos que não foram da frente do SS que o batalhão ocupava, como unanimemente confirmam os comandantes de companhias».

⁶⁶ «A falta de comunicações e como consequência a falta de ordens muito concorreu para se não fazer mais uma aturada resistência. A má qualidade de abrigos dados às companhias originou baixas por desmoronamento das casas e consequentemente um abatimento moral por não encontrarmos frente o inimigo a combater (...)», in *Relatório*, pág. 8, do capitão Jerónimo Caetano David Dias. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 142, n.º 45.

⁶⁷ Major Mário Constantino Oom do Vale, *Relatório*, pág. 2. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 142, n.º 25.

⁶⁸ «(...) e este facto faz criar a suspeita de que os mesmos não foram cortados somente pela artilharia, mas por qualquer outro meio estranho, como o da espionagem, pois que achando-se os cabos telefónicos enterrados em quase toda a sua extensão a profundidade relativamente grande, não parecia fácil que os mesmos fossem cortados ao mesmo tempo seguindo eles diversas direcções, tanto mais que a estação telefónica, único ponto onde todos eles se reuniam, estava ainda nessa ocasião intacta, bem como nas suas proximidades», in *Relatório*, pág. 26, da autoria do tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira, comandante da 4.ª brigada. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301.

⁶⁹ Capitão Jerónimo Pinto Montenegro Carneiro, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 20, *Relatório*. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301.

⁷⁰ Tenente-coronel Aníbal Coelho de Montalvão, págs. 1 e 2, A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301.

⁷¹ A esta mesma hora apresentou-se no comando do B.I. n.º 8 o tenente de cavalaria Alfredo Guimarães, que comandava a Companhia de Infantaria n.º 29, para receber ordens porquanto os seus soldados lhe haviam fugido por causa do terrível bombardeamento; «(...) também na 2.ª linha já não havia ninguém do Batalhão de Infantaria 20 (...)», *Ibid.*, pág. 5. Este tenente Guimarães há-de acabar por ser um dos tantos heróis mortos da brigada do Minho.

⁷² «A seguir entrei no abrigo (...) ouvi os alferes Machado e Branco gritar: estão aqui os boches. (...) Sai precipitadamente supondo viessem ainda ao longo da estrada, mas mesmo à porta do abrigo deitaram-me as mãos ao cinto e à pistola e eis-me na presença de soldados de baioneta calada e granadas de mão que me rodearam... Os soldados inimigos apresentavam-se vindos quase todos da esquerda do lado dos ingleses e da frente da Rua Tilleloy», *Ibid.*, pág. 5.

⁷³ «(...) vi que da 1.ª e 2.ª linha não restava mais do que um montão de ruínas confuso e informe, tendo sucedido o mesmo a todos os caminhos e estradas de acesso, sendo aqui e além presas algumas praças que ainda se conservavam em abrigos que por milagre se tinham mantido intactos», *Ibid.*, pág. 6.

⁷⁴ A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301, n.º 8.

⁷⁵ «Nos dias 6 e 8 (de Abril), a dona da casa onde estava o comando do batalhão, Red House, foi buscar o mobiliário que lá estava desde o começo da companhia, o que nos fez suspeitar bastante e acreditar num próximo movimento importante do inimigo, o que foi confirmado», *Ibid.*, pág. 9 (sublinhado nosso).

⁷⁶ Alferes Adelino Graça, *Relatório*, elaborado no campo de prisioneiros de Brensen. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301.

⁷⁷ Um telegrama da 119.ª brigada inglesa dava indicação de que o inimigo já havia ocupado o Dee Post (posto fortificado situado já bem dentro do sistema defensivo). *Relatório Preliminar da Batalha, Sector de Fauquissart*, chefe do Estado-Maior da 2.ª Divisão, pág. XXI. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 144, n.º 184.

⁷⁸ Capitão Santos e Cunha, *Relatório*, pág. 20, *Ibid.*

⁷⁹ Coronel João Reis e Silva, *Relatório*, datado de 20 de Abril de 1918. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 145, n.º 222.

⁸⁰ Capitão Bento Roma, segundo-comandante do Batalhão de Infantaria n.º 13. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1272. Major Raul d'Andrade Peres, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 15. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 1301.

⁸¹ Tenente-coronel de artilharia Luís de Azevedo, comandante da Artilharia Divisionária da 2.ª Divisão, *Relatório*, datado de 21 de Abril de 1918. A.H.M., 1.ª Div., 35.ª Sec., Cx. 144, n.º 186.

⁸² Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, Porto, 1920, págs. 126 a 148.